



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exma. Senhora

**Presidente da Comissão de Orçamento, finanças
e modernização administrativa**

Assembleia da República, 4 de outubro de 2017

Assunto: Requerimento para audição do Sr. Ministro das Finanças sobre a alienação do Novo Banco

O sistema financeiro português continua fortemente perturbado por força das práticas especulativas e usurárias da banca privada, e de uma banca pública que se alinhou pelas práticas da privada em muitos aspectos. O caso do Novo Banco, resultante da resolução do BES, ilustra como essas práticas se reflectem na estabilidade do sistema financeiro, no caso com um impacto agravado pelas operações fraudulentas conhecidas.

A forma como o Governo PSD/CDS lidou com a aplicação da medida de resolução ao Banco Espírito Santo comprometeu milhares de milhões de euros do erário público e protelou a solução do problema, escondendo encargos futuros e ocultando o valor real das necessidades do balanço do Novo Banco. A opção de levar a cabo uma gestão do Novo Banco orientada para a sua alienação com prazo definido constitui mais uma opção errada do Governo PSD/CDS. O actual Governo insiste nessa orientação, a pretexto de respeitar um compromisso assumido pelo Estado. Contudo, tal como no passado, essa orientação traduz uma opção política que é passível de ser revertida.

A manutenção do Novo Banco na esfera pública e a sua integração num sistema público bancário estruturado é a opção política que mais defende o interesse nacional e a única que pode garantir a vitalidade do Novo Banco como instituição verdadeiramente presente no sistema financeiro português. A alienação do Novo Banco, independentemente do comprador em causa, representa a entrega de um Banco com um balanço limpo, sem qualquer retorno para o Estado, após a aplicação de avultadas verbas públicas. Ou seja, o Estado serve apenas como o pagador dos desmandos, aventuras e fraudes dos banqueiros, devolvendo o banco já limpo de prejuízos aos banqueiros, mesmo que através de empresas com outro nome.

Como o Partido Comunista Português tem vindo a afirmar, mais do que salvaguardar as contas públicas, a integração do Novo Banco num sistema bancário público pode representar o robustecimento do sistema financeiro como um todo e um novo

instrumento de financiamento da economia, liberto das orientações dos grandes grupos económicos.

Independentemente da posição do PCP sobre a venda do Novo Banco, colocam-se questões sobre a forma como o Governo pretende levar a cabo a operação de alienação. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 151-A/2017, de 1 de Outubro, levanta diversas questões que urge esclarecer. O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português opõe-se a qualquer novo comprometimento de recursos públicos, a qualquer desvio de recursos para pagar o enriquecimento de especuladores e agiotas que viveram sempre à custa das empresas e das famílias portuguesas, tal como se opôs no passado. Importa pois esclarecer em que termos se prepara o Governo, através do Ministério das Finanças, para disponibilizar recursos financeiros ao Fundo de Resolução para que este possa fazer face às necessidades do balanço da instituição decorrentes do acordo entre a República e a Lone Star.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, o Grupo Parlamentar do PCP requer a V. Exa se digne convocar audição do Sr. Ministro das Finanças em reunião da Comissão a que preside, para o esclarecimento do processo acima descrito.

Os Deputados

Miguel Tiago

Paulo Sá